

Sayad diz que não defendeu empréstimos de recursos novos

O ministro do Planejamento, João Sayad, não disse que o Brasil vai pedir empréstimos novos aos bancos internacionais, "e está havendo uma interpretação errada do assunto", declarou ontem um assessor do ministro, ao comentar as versões segundo as quais Sayad teria feito esta proposta, e, em consequência, estaria entravando as negociações da dívida externa.

Contudo, no documento "Dire-



trizes gerais de política econômica — notas para o 1º PND da Nova República", que entregou ao presidente Sarney, na quinta-feira passada, o ministro Sayad afirma textualmente que "para uma dívida de US\$ 100 bilhões, poderia o governo pleitear um novo empréstimo de US\$ 4 bilhões para manter constante o valor real de sua dívida, obtendo assim Cr\$ 24,8 trilhões em recursos adicionais para 1985", ou 29% do déficit de Cr\$ 84,9 trilhões previstos para o atual exercício.

Fontes do Banco Central indicam que o relato de Sayad repercutiu mal entre os banqueiros do comitê assessor da dívida brasileira,

sediado em Nova York, que a interpretaram como sintoma de que o governo brasileiro está dividido em relação ao compromisso de que o Brasil não pediria dinheiro novo aos bancos internacionais em 1985.

Segundo o assessor da Seplan, a idéia exposta pelo ministro do Planejamento no documento levado por ele a Sarney diz respeito apenas a interesse de ordem prática, sem ter esboçado a opinião de seu assessor de dívida externa, Paulo Nogueira Batista Júnior. Em textos escritos e não publicados, Nogueira defendeu — quando ainda não era assessor de Sayad — que os países subdesenvolvidos ou em desenvol-

vimento, a exemplo dos da América Latina, não deveriam continuar como exportadores líquidos de capital para os ricos (EUA e Europa).

A assessoria do ministro do Planejamento, João Sayad, já entrou em entendimento com o gabinete do senador Itamar Franco (PMDB/MG) para discutir com ele projeto de sua autoria tornando obrigatória a manifestação do Senado sobre contratos visando a obtenção de empréstimos internacionais pelo Brasil. O projeto já foi aprovado em primeiro turno pelo Senado, encontrando-se na ordem do dia para segunda votação. Caso aprovado, irá à sanção presidencial.